



Relatório da Administração

A ENTE afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

Dados operacionais	2019	2018
Disponibilidade (%)	99,99%	99,96%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as funções de transmissão encontram-se disponíveis em um determinado período e total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2019, a ENTE realizou os projetos: 1. Gestão de P&D 2019/2020, 2. Tecnologia de sensores em fibras ótica para supervisão, controle e proteção de sistemas de

energia elétrica - TECCON 2; 3. Estudo e desenvolvimento de metodologias de inspeção autônoma em linhas de transmissão - Desenvolvimento de Cabeça de Série; 4. Desenvolvimento de metodologia de otimização de traçado e projeto de linhas de transmissão empregando técnicas de otimização em sistema de informações geográficas; 5. Desenvolvimento de Sistema de Realidade Virtual e Autentada para Treinamento e Auxílio à Manutenção; 6. Fadiga de cabos de alumínio liga (CAL) 1120 e 6201: Estudo comparativo, efeito de grampos AGS e de emendas pré-formadas; e 7. Desenvolvimento de um sistema de monitoramento de qualidade de energia e tomada de decisões em linhas de transmissão. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Responsabilidade**

Social: Com o intuito de contribuir de forma efetiva na ampliação do acesso à cultura, educação de qualidade, prática de esportes e saúde a ENTE apoiou em 2019 diversos projetos sociais, através das leis de incentivo, dentre os quais destacamos: Fundação Bienal de São Paulo, Projeto Mundateca, Hospital Pequeno Príncipe, Liga Solidária e Projeto Casulo. Instituto Sports, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE SP e APAE Lages - SC, Centro Infantil Bolchini e Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2019, os resultados da ENTE foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	156.732	209.180
EBITDA	180.521	167.748

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da ENTE.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018		(Em milhares de reais)			
Nota	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Ativo circulante	174.918	225.953	226.673	550.158	
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.542	15.639	18.085	339.746
Investimento de curto prazo	4	13.340	-	61.629	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		19.411	24.913	19.411	24.913
Ativo contratual da concessão IR e CS compensáveis	6	107.393	172.633	107.393	172.633
Outros tributos compensáveis		7.045	7.137	9.849	7.214
Dividendos a receber		152	105	152	125
Outros ativos		3.849	-	3.849	-
Outros ativos		6.186	5.526	6.305	5.527
Ativo não circulante	685.252	585.665	1.172.420	604.284	
Títulos e valores mobiliários	5	-	4.992	-	4.992
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.257	2.326	2.257	2.326
Ativo contratual da concessão	6	504.939	445.390	1.064.530	484.767
Outros ativos		610	7.591	756	7.591
Investimentos	7	174.434	123.274	101.865	102.516
Imobilizado		1.342	199	1.342	199
Intangível		1.670	1.893	1.670	1.893
Total do ativo		860.170	811.618	1.399.093	1.154.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nota	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	
Passivo circulante	122.650	126.779	161.700	137.296	
Debêntures e arrendamento mercantil	8	45.543	87.463	45.017	86.475
Fornecedores		19.957	16.731	19.957	16.731
IR e CS a pagar		4.203	7.253	7.420	7.357
Outros tributos a pagar		30.142	-	30.142	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	7.442	8.167	7.442	8.167
Outros passivos		12.007	4.734	17.049	4.915
Passivo não circulante	195.350	194.708	622.944	506.338	
Debêntures e arrendamento mercantil	8	62.564	55.736	380.920	361.151
IR e CS diferidos	9	98.949	93.977	154.187	95.369
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	33.837	41.667	87.837	46.490
Outros passivos		-	-	-	3.328
Patrimônio líquido	542.170	490.131	542.170	490.131	
Capital social	13	319.624	297.109	319.624	297.109
Reservas de lucro	13	84.379	178.764	84.379	178.764
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-
Participação de acionistas não controladores		13	138.167	14.258	138.167
Patrimônio líquido + participação de acionistas não controladores		542.170	490.131	614.449	510.808
Total do passivo e do patrimônio líquido	860.170	811.618	1.399.093	1.154.442	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018		(Em milhares de reais)						
Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	278.057	55.612	19.128	-	63.305	416.102	-	416.102
Adoção CPC 47, efeito em 01/01/2018	-	-	-	-	-	96.828	96.828	-
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47	-	-	-	96.828	-	(96.828)	-	-
Aumento de capital	19.052	-	(19.128)	-	-	(76)	-	(76)
Lucro líquido do exercício	-	-	76	-	-	116.806	116.882	20.677
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.810	-	-	-	(3.810)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	22.438	-	-	(22.438)	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(63.305)	(63.305)	-	(63.305)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(52.176)	(52.176)	-	(52.176)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(24.124)	(24.124)	-	(24.124)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	14.258	(14.258)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	297.109	59.422	22.514	96.828	14.258	490.131	20.677	510.808
Aumento de capital	22.515	-	-	-	-	209.179	209.179	51.602
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	209.179	209.179	51.602
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	4.503	-	-	-	(4.503)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	20.455	-	-	(20.455)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(20.142)	-	(20.142)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(14.258)	(14.258)	-	(14.258)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(96.828)	-	(96.828)	-	(96.828)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(25.912)	(25.912)	-	(25.912)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	138.167	(138.167)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13	319.624	63.925	20.454	-	542.170	72.279	614.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	278.057	55.612	19.128	-	63.305	416.102	-	416.102
Adoção CPC 47, efeito em 01/01/2018	-	-	-	-	-	96.828	96.828	-
Constituição da reserva de retenção de lucros, Adoção CPC 47	-	-	-	96.828	-	(96.828)	-	-
Aumento de capital	19.052	-	(19.128)	-	-	(76)	-	(76)
Lucro líquido do exercício	-	-	76	-	-	116.806	116.882	20.677
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.810	-	-	-	(3.810)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	22.438	-	-	(22.438)	-	-
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(63.305)	(63.305)	-	(63.305)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(52.176)	(52.176)	-	(52.176)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(24.124)	(24.124)	-	(24.124)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	14.258	(14.258)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	297.109	59.422	22.514	96.828	14.258	490.131	20.677	510.808
Aumento de capital	22.515	-	-	-	-	209.179	209.179	51.602
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	209.179	209.179	51.602
Destinação proposta à AGO:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	4.503	-	-	-	(4.503)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	20.455	-	-	(20.455)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(20.142)	-	(20.142)
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(14.258)	(14.258)	-	(14.258)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(96.828)	-	(96.828)	-	(96.828)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(25.912)	(25.912)	-	(25.912)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	138.167	(138.167)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13	319.624	63.925	20.454	-	542.170	72.279	614.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 30/09/2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala D - São Paulo - SP. A ENTE possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	Índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ENTE		085/2002	30	2032	204,01%	IGP-M fevereiro/05	Sim
EDTE	50,10%	15/2016	30	2046	69,147%	IPCA janeiro/20	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

3.2. Ativo contratual da concessão:

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 9,8% a 11%; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGP-M. **3.3. Provisão para redução do provável valor de realização de ativos:** A Administração da ENTE e sua controlada reavaliou anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31/12/2019, a ENTE e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4. Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja o valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, as debêntures contraiadas sujeitas a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.5. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a ENTE e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou contrutiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.6.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7. Arrendamentos:** A ENTE e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ENTE e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo, ou o passivo líquido, com base nas alíquotas de imposto de renda tributárias em vigor no momento da aquisição e calculado pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento. **3.8. Tributação:** **3.8.1. Tributos sobre a receita:** As receitas da ENTE e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%; 3.8.2. IR e CS: **Correntes:** O IR e a CS da ENTE e da controlada EDTE são calculados pelo regime de lucro real. A ENTE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31/12/2025, que consiste na redução de 75% do IR devido, calculado com base no lucro da exploração. **Diferidos:** Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto de renda tributárias em vigor na data do balanço. **3.9. Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se a serviços de implantação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de implantação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento do obra, além de despesas decorrentes do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos, em questão e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.9.2. Receitas de renovação dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de manutenção. **3.9.3. Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos trib

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social: O capital social integralizado em 31/12/2019 é de R\$319.624 (R\$297.018 em 31/12/2018), representado por 100.840.000 ações ordinárias em 31/12/2019 e 2018, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas ordinárias	% do capital votante	Total
Alupar Investimento S.A.	50.431.150	50,01%	50,01%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50.408.850	49,99%	49,99%
	100.840.000	100,00%	100,00%

12.2. Reservas de lucro: 12.2.1. Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido durante o exercício de 2019. **12.2.2. Reserva de incentivo fiscal:** Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do IR. Diante do exposto, a ENTE formalizou pedido junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do IR em 75%. **12.3. Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da ENTE, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	209.179	116.806
Incentivo fiscal	(20.455)	(22.438)
Constituição da reserva legal	(4.503)	(3.810)
Base de cálculo de dividendos	184.221	90.558
Dividendos intermediários (*)	(25.912)	(52.176)
Dividendos mínimos obrigatórios	(20.142)	-
Juros sobre capital próprio	-	(24.124)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(138.167)	(14.258)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) Inclui dividendo mínimo obrigatório de R\$28.563 em 2018.

13. PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R\$1.676 em 31/12/2019 (R\$1.224 em 31/12/2018) sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31/12/2019, a ENTE não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta	213.218	153.813	733.432	180.551
(-) Parcela variável	(3.147)	(557)	(3.147)	(557)
Deduções da receita operacional	(15.967)	(12.289)	(65.144)	(15.761)
PIS	(1.366)	(997)	(9.949)	(1.465)
COFINS	(6.305)	(4.599)	(45.841)	(6.753)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(5.461)	(3.985)	(4.438)	(4.722)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.995)	(2.095)	(1.995)	(2.095)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(840)	(613)	(2.921)	(726)
Receita operacional líquida	194.104	140.967	665.141	164.233

15. CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA

	Consolidado	
	2019	2018
Pessoal	(8.091)	(694)
Serviços	(143.845)	(5.354)
Máquinas e equipamentos	(138.844)	(12.990)
Servidão	(2.147)	(1.681)
Outros	(2.693)	(163)
Juros capitalizados*	(18.159)	(243)
	(313.779)	(21.125)

* Os juros capitalizados encontram-se líquidos das receitas financeiras no montante de R\$12.060 em 31/12/2019.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Receitas financeiras	2.856	1.725
Receita de aplicações financeiras	2.551	1.483
Juros ativos	118	240
Outras receitas financeiras	187	2
Despesas financeiras	(9.352)	(12.491)
Encargos sobre debêntures e arrendamento mercantil	(8.245)	(11.964)
Variação monetária	(876)	(412)
Outras despesas financeiras	(231)	(115)
Resultado financeiro líquido	(6.496)	(10.766)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de IR e CS apurados com base no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2019	2018
Lucro antes do IR e CS	237.330	130.965
Juros sobre capital próprio	-	(24.124)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	-	-
Lucro antes do IR e CS após JCP	237.330	106.841
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	80.691	36.329
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	9.768	6.169
Equivalência patrimonial	(26.004)	(5.732)
Despesas e provisões indedutíveis	(1.368)	(444)
Adoção CPC 47 - IN 1753/2017	(17.051)	4.902
Outras	95	(50)
	46.131	41.171
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	3.647	(4.524)
Incentivo Fiscal	(20.455)	(22.514)
Lei Rouanet/Esportes/FIA	(1.490)	(1.007)
(-) Exclusão do artigo 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	1.325	1.325
Ajuste de exercícios anteriores	(1.007)	(369)
IR e CS no resultado	28.151	14.082
IR e CS correntes	(23.180)	(17.391)
IR e CS diferidos	(4.971)	3.309
Taxa efetiva	11,86%	10,75%

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. Em 31/12/2019 e 2018, a ENTE e sua controlada não tiveram contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. **a) Classificação dos instrumentos financeiros:** Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado. Debêntures, líquidas dos custos a amortizar e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado. **b) Hierarquia do valor justo:** Durante o exercício findo em 31/12/2019, não houve transferências

decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ENTE e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como nível I. **c) Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ENTE e da sua controlada podem ser assim identificados: • Risco de crédito - a ENTE e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ENTE e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; • Risco de preço - as receitas da ENTE e da sua controlada, são termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; • Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debênture está vinculada à variação do CDI; • Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da ENTE e sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Administração da ENTE e da sua controlada não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A ENTE e sua controlada, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

20. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A ENTE mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$284.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 20/01/2020, sua controlada EDTE obteve, autorização para início de sua operação comercial, adicionando uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$69,1 milhões para o ciclo 2019-2020. No dia 15/01/2020 a companhia realizou o resgate antecipado do saldo total das debêntures da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples.

A Diretoria

Contador: Willian Yoshiyuki Takahagi - CRC 15P263.345/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 6 às demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura

de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e suas controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$612.332 mil e R\$1.171.923 mil para a controladora e consolidado, respectivamente. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e suas controladas em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:**

Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas, cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia

dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2020



ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S.S.
CRC-25P0345 19/O-6
Rita de C. S. Freitas
CRC 15P214160/O-5